

CAMILA PEREIRA MILHOMEM

**REFLEXÃO ACERCA DO DESEMPREGO COMO CAUSA DE ADOECIMENTO
MENTAL**

Palmas-TO
2015

CAMILA PEREIRA MILHOMEM

**REFLEXÃO ACERCA DO DESEMPREGO COMO CAUSA DE ADOECIMENTO
MENTAL**

Trabalho de conclusão de curso II (TCC
II) elaborado e apresentado como

requisito parcial para obtenção do título
de bacharel em Psicologia pelo Centro
Universitário Luterano de Palmas
(CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. M.Sc. Carolina Santin
Cótica Pinheiro

Palmas-TO
2015

CAMILA PEREIRA MILHOMEM

**REFLEXÃO ACERCA DO DESEMPREGO COMO CAUSA DE ADOECIMENTO
MENTAL**

Trabalho de conclusão de curso II (TCC
II) elaborado e apresentado como

requisito parcial para obtenção do título
de bacharel em Psicologia pelo Centro
Universitário Luterano de Palmas
(CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. M.Sc. Carolina Santin
Cótica Pinheiro

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. M.S. Carolina Santin Cótica Pinheiro Centro Universitário
Luterano de Palmas – CEULP

Profa. Lauriane dos Santos Moreira Centro
Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Profa. Almerinda Maria Skeff Cunha Centro
Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas-TO
2015

Aos meus amados pais: Álvaro e

Margarida.

AGRADECIMENTOS

Tenho aqui imensa felicidade em poder citar e reconhecer pessoas que me impulsionaram e contribuíram tão essencialmente para a conclusão deste trabalho.

Em um primeiro momento, agradeço a Deus por me fortalecer quando necessário em meio às dificuldades do caminho, pois consegui, com sua ajuda, continuar e vencer.

Agradeço a minha família, que sempre esteve ao meu lado em cada vitória e em cada tropeço, em especial meus pais, que são meus dois gigantes, os quais me apoiam em seus ombros, Margarida e Álvaro; ao meu irmão, Rômulo, com o qual sempre pude contar para alegrar meus dias; e ao meu noivo, Bruno Felipe, que esteve em todos os momentos desta caminhada me amparando.

A todos os meus mestres em sala de aula, os quais foram peças fundamentais, em especial minha orientadora Professora Carolina Pinheiro, a qual tem grande responsabilidade pela minha paixão pela área da psicologia do trabalho e grande incentivadora para a conclusão deste trabalho.

Agradecimento importante às professoras Lauriane Santos e Almerinda Skeff, que me proporcionaram conhecimentos construtivos.

Aos meus amigos acadêmicos de psicologia, os homenageio por meio de Carol Milhomem, entre tantos que inúmeras vezes me deram força, críticas construtivas e admiráveis conselhos.

Agradecimento eterno a todos.

“Os cotidianos laborais e suas determinações qualificam o personagem trabalhador e se expressam na resposta seguinte da pergunta “quem és”

“Eu sou músico (24 h por dia)”.
“Eu sou sacoleira (ser muambeira não faz minha cabeça)”.
“Eu sou engraxate (mas dá pouco dinheiro)”.

“Eu sou ativa (porque se eu parar eu
estou na antessala da morte)”.

Eu sou...”

Maria da Graça Corrêa Jacques

RESUMO

MILHOMEM, Camila Pereira. Proposta de pesquisa bibliográfica como tema central em **Reflexão acerca do desemprego como causa de adoecimento mental**. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2015.

A atual situação socioeconômica ocasionou o surgimento de uma nova demanda nos consultórios de psicologia, cuja queixa principal é o estar desempregado. Por isso, observou-se a necessidade de uma pesquisa sobre o tema para um melhor esclarecimento sobre o assunto. A presente pesquisa tem como objetivo principal uma reflexão por meio de uma investigação acerca da relação entre desemprego e adoecer psicológico. O estudo busca também por uma visão macro de todo processo do trabalho para o homem do século XXI, objetivando ainda investigar as atuais intervenções do psicólogo em indivíduos com adoecimento psíquico decorrente do desemprego em que caracteriza-se como pesquisa de caráter qualitativo, de objetivo metodológico exploratório e procedimento bibliográfico, sendo desenvolvido por meio de levantamentos bibliográficos, em que se elaborou uma discussão sobre adoecimento mental do desempregado. No decorrer do trabalho, pôde-se perceber o quanto o estar desempregado é adoecedor para o indivíduo contemporâneo e também a importância do papel da psicologia do trabalho diante da demanda do desempregado. Para obter resultado, foi necessário utilizar um aporte teórico acerca do trabalho e sua evolução, bem como do adoecer do desempregado e a saúde do trabalhador. A pesquisa indica que o fenômeno do desemprego possui relação íntima com a saúde mental do trabalhador. O enfoque desta pesquisa, apesar de ainda ser encontrado em poucos artigos, é de grande relevância, pois o desemprego e suas consequências compõem o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho. Impactos do desemprego. Saúde mental do desempregado.

ABSTRACT

MILHOMEM, Camila Pereira. This Bibliographic research has proposed the major theme based on **Reflections about the unemployment as a cause of mental illness**. 2015. 58 f. Term paper (Graduation) – Psychology Course. Lutheran University Center of Palmas. Palmas/TO, 2015.

The consequence of the current socio-economic situation, had been caused the emergence of a new demand in psychology clinics, that had as the main complaint being unemployed, cause of it observed the necessity of a search about this theme, for a better illustration about the subject. The present research has a major objective, a reflection throughout an investigation about the relation of unemployment and get psychology illness, the study look for a macro view of all the labor process for a XXI century man, and aiming investigate the interventions in nowadays, from a psychologist in people with mental illness resulting from unemployment. This study is characterized as a qualitative search, with an exploratory objective, and the bibliographic procedure had been developed through of bibliographic literature, where were build a discussion about psychology illness of an unemployed. During the work, was possible figure how much being unemployed is languish for a modern person and the psychology function in front of this demand. To get results, were necessary use a theoretical contribution aims of the labor and his evolution, such as being sick for the unemployed and the mental health of a worker. This research may indicate that the phenomenon of unemployment has close relationship with the worker mental health. The focus of this research, despite of being found in a little articles, has a huge relevance, cause the unemployment and consequences make up the world of work.

Keywords: Labor psychology. Unemployment impacts. Sanity of an unemployed.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Artigos selecionados a partir da pesquisa bibliográfica 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

PST Programa de Saúde do Trabalhador

SESMT Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 O QUE É TRABALHO	14
2.2 HISTÓRICO DO MUNDO DO TRABALHO	17
2.3 EMPREGO, TRABALHO E DESEMPREGO	20
2.3.1 Trabalho formal e trabalho informal	23
2.4 DESEMPREGO E ADOECIMENTO PSÍQUICO	25
2.5 PSICOLOGIA DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR	29
3 METODOLOGIA	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXO – GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO DESDE DEZEMBRO/13 A JAN/15.....	58
	11

1 INTRODUÇÃO

Analisar o mundo do desempregado é importante para se conhecer melhor a

relação entre desemprego e saúde mental, como também os diferentes significados que essa posição gera para o indivíduo. Essa análise permite um melhor entendimento da forma como o desemprego afeta a relação social, familiar e, principalmente, as emoções do indivíduo, no período da vivência do desemprego e posterior a ele.

Atualmente, em um contexto global, o desemprego e a saúde mental do trabalhador estão sendo constantemente temas de pesquisas, devido ao alto índice de desempregados no mundo, como se pode observar no decorrer deste estudo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2014, revelou que o desemprego terá alta no ano de 2015. E, no Brasil, segundo fonte IBGE (2015), em pesquisa em seis cidades metropolitanas, o número de desempregados no primeiro mês do ano de 2015 aumentou em comparação a todo o período de dezembro de 2013 a janeiro de 2015 (ANEXO I).

Conforme Blanch (2000), a perda do emprego tem mais consequências do que apenas fatores econômicos. Dessa forma, é necessário compreender quais as demais consequências que assombram o fenômeno do desemprego. Partindo dessa demanda, a presente pesquisa procura contribuir para um melhor entendimento do desemprego como um fator de relevância para o surgimento de transtornos psicológicos diversos.

Observando a importante atribuição que o homem e a sociedade dão ao fator estar empregado, viu-se uma questão controversa, que é o papel de estar desempregado. Para alcançar a compreensão desse papel e os impactos advindos dele, o presente estudo tem como problema de pesquisa o adoecer psicológico do desempregado, questão de relevância para se compreender o atual panorama do mundo do trabalho.

Assim, este estudo realizou um levantamento de literatura que apresenta como objetivo central o desemprego e a saúde mental do trabalhador nessa condição. Primeiramente, compreenderam-se os aspectos históricos da significação do trabalho para o homem, assim como as mudanças ocorridas em tal ambiente, para que, dessa forma, as considerações dos estudos da relação entre desemprego e saúde mental sejam mais bem compreendidas.

12

Pode-se afirmar que o fato de se estar empregado é algo importante na contemporaneidade, por entender a relevância do papel “trabalhador”, como ressalta

Jacques (1999, p. 22): A importância e exaltação máximas conferidas ao trabalho na sociedade ocidental concedem ao papel de trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do eu. Arendt (1987), referindo-se à importância do homo faber no mundo contemporâneo, assinala que ao tentar dizer “quem é”, a própria linguagem induz a dizer “o que alguém é”, reservando um lugar de destaque ao papel trabalhador. Papel social ao qual se agregam outras qualificações exigidas pelo exercício laboral que se substantivam e se presentificam, constituindo-se em atributos definitórios do eu (atividade, força, bravura, honestidade, etc.) e inclusos na representação do “eu sou trabalhador”.

A citação acima permite ver a importância de estudos voltados ao ambiente laboral e toda a influência que este acarreta para a vida humana, devido ao seu papel de destaque na formação e na identidade social, como também na própria formação do eu. Considerando essa necessidade, este estudo possuiu como objetivos específicos os avanços realizados na compreensão dos impactos do desemprego, a relação homem e trabalho e seus significados e/ou a falta dele, os efeitos psicológicos do desemprego. Também nota-se a necessidade de se identificar as psicopatologias presentes e os tipos de prevenções e intervenções psicológicas que estão sendo inseridas pelos psicólogos.

Dessa maneira, possibilitam-se recursos para a identificação de

trabalhadores com adoecimento psíquico por consequência do desemprego e, assim, havendo uma intervenção mais rápida e eficaz, com menores riscos à saúde do trabalhador. Para alcançar estes objetivos, foi necessário desenvolver uma pesquisa, de caráter qualitativo, com objetivo metodológico exploratório e procedimento bibliográfico. Para o levantamento bibliográfico da literatura sobre o tema, foram utilizados artigos bibliográficos e de campo, visando a uma melhor compreensão sobre o assunto. Esse levantamento aconteceu por meio de uma revisão nacional e internacional, tendo como palavras-chave para a procura: Psicologia do trabalho, Impactos do desemprego e Saúde mental do desempregado. A base de pesquisa consistiu na biblioteca da instituição CEULP/ULBRA e em artigos científicos retirados do site Scielo – *Scientific Electronic Library Online*.

13

Esta pesquisa tem importância para o meio social devido à necessidade de se conhecerem os efeitos do desemprego no que tange ao adoecer psíquico. Os benefícios apresentados são de valia para a compreensão das psicopatologias relacionadas ao trabalho, que, segundo Martins (2011), afetam em grande escala a sociedade mundial e acaba por se fazer presente em várias famílias e grupos sociais em que o desemprego vigora. Isso traz várias consequências para o indivíduo, entre elas o adoecimento psicológico, diminuição da renda, entre outras.

Possui também valor para a psicologia, pois, por consequência do adoecer do desempregado, acaba-se por haver um adoecimento familiar e social. Assim, há necessidade para os psicólogos de conhecerem a existência dessas psicopatologias direcionadas para o desempregado para que se possam desenvolver intervenções e

atuar positivamente na vida do desempregado, auxiliando esse período transitório (ou não) do indivíduo.

Portanto, este tema tem relevância para sociedade e para a psicologia, devido às mudanças visíveis do significado do trabalho atualmente e da crescente área da psicologia do trabalho. Dessa forma, observa-se a necessidade da pesquisa em questão.

14

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O QUE É TRABALHO

A palavra trabalho contém inúmeros significados na linguagem habitual de qualquer indivíduo. Mas, mesmo sendo visto pelo senso comum como uma das formas elementares de ação do sujeito, o seu teor é amplo, ou seja, entende-se, assim, que a palavra está carregada de vários sentidos, que se revelam por meio das particularidades de cada indivíduo. Albornoz (2000) expõem que, além das diversas definições em diferentes línguas, o trabalho é bastante peculiar, possuindo um significado diferente para cada um, sendo visto por uns como atividade e exercício, e por outros como dificuldade e incômodo.

Segundo Albornoz (2000), na língua portuguesa, trabalho deriva do Latim *Tripalium* que, segundo esta autora, era um instrumento usado na agricultura, mas que era também utilizado como instrumento de tortura, e foi com essa conotação que o trabalho permaneceu sendo identificado durante muito tempo. Dessa forma, pode-se destacar que o trabalho estava ligado à dor e à tortura. Porém, com o passar do tempo, o sentido da palavra trabalho e o significado para o indivíduo

alteraram-se, juntamente com as modificações no mundo e os acontecimentos que ocorrem na humanidade, tanto no âmbito político, cultural, social como no econômico, de tal modo que transforma o sentido e significado. Assim, a autora explica que,

De todos os modos, os estudiosos supõem que a história da palavra trabalho se refere à passagem pré-histórica da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio. Já a significação que hoje é dada ao trabalho se refere a passagem moderna da cultura agrária para a industrial. Entre um e outro desses momentos surgiram as distinções clássicas descritas, fazer, agir, praticar. Talvez possamos formar uma ideia mais clara do que é trabalho se antes passarmos pela história da experiência que lhe corresponde (ALBORNOZ, 2000, p. 14).

Portanto, pode-se compreender a importância do trabalho na existência do homem, através das passagens dos séculos e por meio das mudanças advindas dessas passagens, em que o trabalho modificou sua constituição por diversas vezes, como o autor relata acima, tornando-se evidente sua relevância no

15

desenvolvimento histórico, cultural e social e transformando-se em peça fundamental na composição do indivíduo.

Paul Lafargue (1999), no livro “O direito à preguiça”, faz duras críticas ao dogma do trabalho, descrevendo o trabalho como uma estranha loucura que se apossou dos operários, relatando que esse amor pelo trabalho leva até o esgotamento das forças vitais do indivíduo, Observa-se, novamente, a importância do trabalho e o sentido deste para o homem, que, segundo o autor, iniciou-se com a chegada do Capitalismo, passando a ser desejado e necessário para qualquer indivíduo se manter no meio social.

O trabalho, que por muitos séculos era entendido como subsistência, após essas grandes mudanças históricas, passou a ter significado singular para a sociedade, advindo a ser uma necessidade para o sujeito, em que, segundo Wickert (1999), o trabalho é um aluguel social, que cada indivíduo necessita “pagar” para ser aceito e reconhecido em seu meio social.

Já para Pinheiro e Monteiro (2007), o significado de trabalho para o homem é como um verdadeiro sentido para a vida, pois é no trabalho que ele passa a maior parte do seu tempo, portanto, vivencia mais experiências durante as suas atividades laborais do que fora desse contexto. Sobre o tema, Borges e Tamayo (2001, p. 13) asseveram que “o trabalho é rico de sentido individual e social, é o meio de produção da vida de cada um, criando sentido existencial ou contribuindo na estruturação da personalidade e da identidade”.

Ou seja, o trabalho significa para o homem parte de sua existência, pois é o ambiente mais presente na sua biografia. Pinheiro e Monteiro (2007) descrevem que, por muitas vezes, o trabalho se torna o único convívio social do trabalhador, o que pode acarretar consequências em sua saúde mental, pois se torna extremamente expressivo na vida desses indivíduos e em seu reconhecimento social.

Grisci (1999) afirma que, além da importância social, o trabalho também possui sua representatividade na vida do indivíduo como fonte de subjetivação. Compreende-se, com essa afirmação, que o sujeito se constitui por meio dos processos de socialização e dentro de suas relações sociais, em que o trabalho também passou a ser visto como parte da subjetivação do sujeito devido ao meio social ter o nomeado como essencial para reconhecimento e inserção social.

Para Marx (1980), em sua obra “O capital”, o trabalho é uma relação entre homem e natureza, de forma interligada, que tem como finalidade criar valores de uso para acolher as necessidades humanas, comum a todas as formas de vida social. Ou seja, o trabalho pode ter diversas formas e vários significados particulares, porém para todos os seres humanos ele possuiu uma relevância, pois mesmo ele sendo extremamente subjetivo, sofre influências do meio, tais como sociais e econômicos.

Em contraposição, Antunes (2005) ressalva que, quando a vida humana se resumir unicamente ao trabalho, ela frequentemente se transforma em esforço penoso, alienante, limitando os indivíduos de modo unilateral, em que mesmo se compreendendo a necessidade do trabalho humano e conhecendo seu potencial emancipador, deve-se também abdicar-se do trabalho que explora e aliena. O autor acrescenta que

Essa dimensão dúplice e dialética presente no trabalho é central quando se pretende compreender o labor humano. O que nos diferencia enormemente dos críticos do fim, ou mesmo da perda, de significado do trabalho contemporâneo. Se essa tendência eurocêntrica foi dominante das duas últimas décadas, mais recentemente ela tem sido fortemente questionada e se encontra bastante enfraquecida. Renascendo das “cinzas” a questão do trabalho tornou-se novamente um dos mais relevantes temas da atualidade. Muitas são as interconexões e transversalidade que mostram o trabalho como questão central dos nossos dias. Como a destruição ambiental e a questão feminina, o labor humano mostra-se como questão tão vital para a humanidade (ANTUNES, 2005, p. 14).

Entende-se, assim, que o labor era um tema pouco explorado, porém atualmente está sendo um assunto em crescente debate, por se constatar que o trabalho é uma questão vital para a humanidade. Isso porque se tornou uma

dimensão essencial na vida dos indivíduos, sendo também uma peça chave para o contato do homem e a sociedade. Assim, há necessidade de se estar inserido em tal ambiente para se sentir aceito e reconhecido, observando-se a carência da discussão sobre o sentido do labor para o homem. Por isso, é essencial reconhecer que o mesmo não é a única estrutura necessária para o sujeito, porque este deve levar em consideração a qualidade do trabalho e compreender que ele compõe parte de sua vida, não a vida por completo.

Assim, é possível compreender o trabalho como uma ferramenta essencial na constituição e estrutura do indivíduo e da sociedade.

17

Para uma compreensão mais abrangente e esclarecedora, faz-se necessário um levantamento histórico do trabalho, visando ao melhor entendimento das modificações sofridas no decorrer dos séculos até a contemporaneidade.

2.2 HISTÓRICO DO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho passou por várias transformações durante a passagem dos séculos, tanto em seu significado para sociedade, como em seu sentido para o homem, ou seja, as diversas mudanças no universo do trabalho culminaram na forma como o homem vê o trabalho e como ele se enxerga dentro dele.

Segundo Araújo (2011), a noção de trabalho passou por várias modificações ao longo da história: em um momento, foi visto como castigo; em outro, como atividade socialmente necessária, e até mesmo como uma categoria antropológica fundante, ou seja, o labor como peça fundamental na constituição do homem. Enfim,

diante de vários sentidos do trabalho e modificações em sua morfologia, ele se consolidou na era do capitalismo como peça necessária para a estrutura do ser humano. Com o surgimento do capitalismo, a valorização do trabalho ganhou outros ares. Wickert (1999) afirma que o advento do capitalismo gerou, ao longo dos séculos, no campo ideológico, uma valorização moral da condição de trabalhador. Isso ocasionou uma desvalorização dos indivíduos que não se encontram nessa posição. Acabou-se, assim, por iniciar um novo papel do trabalho para o homem.

No entanto o estudo de Wickert (1999) ressalva que nem sempre foi dessa forma, pois, na Grécia antiga, trabalhar era semelhante à escravidão, algo que somente os pouco abastados deveriam exercer, e os trabalhadores eram reconhecidos como vergonha social.

Após dezenas de séculos visto como desfavorável, o trabalho finalmente ganhou um novo olhar, ao surgir o Renascimento. Isso porque, segundo Ornellas e Monteiro (2006), naquele período, o ser humano recebeu o papel principal, iniciando-se um tempo novo, ou seja, o homem que trabalhava passou a ter um novo reconhecimento, um papel importante na sociedade, quem trabalhava era visto com pessoa digna e virtuosa.

18

Os saberes e as práticas do trabalho, segundo Leão (2012), surgem a partir da sociedade industrial, em que as modificações na base da organização e da vida social se iniciaram devido a acontecimentos como a Revolução Industrial e a automação.

Sobre isso, Ornellas e Monteiro (2006, p. 554) afirmam que

Tão grande é sua importância que se costuma compará-la à Revolução Francesa, pelas consequências transformadoras de ambas. Uma, no terreno das liberdades cívicas, a outra, no campo da economia e do trabalho. É costumeiro utilizar-se a expressão "Revolução Industrial" para nomear o notável desenvolvimento econômico acontecido na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Esse progresso teve sua origem na organização de um sistema fabril, tornado possível graças a excepcionais avanços na área tecnológica.

Dessa forma, conforme as autoras supracitadas, observa-se que a Revolução industrial, juntamente com a colocação das máquinas na produção, além de outros fatores, fez daquele período um marco na história e, juntamente com ela, nasce o Capitalismo.

Pode-se observar grande impacto na visão de trabalho na Era da produção em massa, que teve como referências iniciais Taylor e Fayol, os quais foram, segundo Zanelli e outros (2014), grandes expoentes da Administração Científica. Taylor, de acordo com os autores mencionados anteriormente, expõe a necessidade da não dependência da lucratividade e do acúmulo do capital em cima do processo de exploração de trabalho. Entende-se, assim, que os operários deveriam ter crescimento monetário mediante o seu trabalho, como também era necessário haver equilíbrio entre as duas classes, a do trabalhador e do empregador, que a prosperidade não deveria chegar apenas para um lado e, baseando-se na ampliação da mais-valia¹, integrar o interesse do patrão e do trabalhador.

Dessa forma, Taylor foi responsável pela primeira modificação dos métodos clássicos de trabalho, tendo como enfoque buscar métodos e instrumentos mais práticos e rápidos, por meio da concepção e da execução.

Mas, de forma paralela e independente, surgiu o fordismo, que, segundo Oliveira (2002), modificou a forma de ver a produção em massa, o mercado de

¹ A teoria da mais-valia foi criada por Karl Max e consiste em parte da força de trabalho executada pelo trabalhador na produção que não é remunerado pelo patrão, assim, há a exploração capitalista do trabalhador (LÉNIN, 2003).

19

trabalho, a competição do mercado e o mundo do trabalhador. Essa era ficou conhecida com pós-fordismo.

A partir do pós-fordismo, a competitividade passou a ser cada dia mais acirrada, e a sociedade capitalista passou a cobrar do cidadão o papel de trabalhador, conforme descreve Wickert (1999).

Porém, mesmo havendo influência desse novo modelo da atividade laboral e do trabalhador no mundo, cada país possui seus aspectos particulares. Sobre isso, Zanelli e outros (2014) relatam que, no Brasil, mesmo advindo de um desenvolvimento do capitalismo tardio e com toda a desigualdade econômica, observou-se avanço da indústria e ao mesmo tempo, como consequência, o avanço dos movimentos trabalhistas. Com tais avanços, o governo reagiu criando o maior acontecimento no âmbito do trabalho da época, que se deu pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A Consolidação das Leis Trabalhistas teve como fundamentais feitos, ainda segundo Zanelli e outros (2014), o salário-mínimo, a carteira profissional, o limite da jornada de trabalho, as normas de segurança e o direito às férias, entre outros benefícios e deveres. Mesmo sabendo que essas leis foram criadas em um governo ditatorial, em que não se aplicavam corretamente todos esses direitos e que o trabalhador passou a ser mais cobrado pelo governo, a criação dessas medidas foi

de suma importância para a valorização do papel do trabalhador.

Portanto, as mudanças ocorridas durante todas as passagens dos séculos resultaram em tornar o trabalho a principal referência do ser humano. Assim, todas as Eras de mudanças foram necessárias para constituir a estrutura de trabalho conhecida atualmente, essa em que o homem se reconhece pela função que exerce na sociedade, tendo ainda o trabalho como centralidade em sua vida, ou seja, a sua atividade laboral é o elo com mundo exterior.

Conforme se pode observar, evidencia-se a relevância do trabalho para o homem desde os primórdios até a atualidade, em que o trabalho deixou de ser penoso e degradante socialmente, para se tornar parte estrutural na sociedade, base econômica, peça de inserção social e parte importante da construção da identidade do sujeito.

20

2.3 EMPREGO, TRABALHO E DESEMPREGO

Ao se compreender o significado de trabalho para cada indivíduo, é necessário perpetrar uma reflexão acerca da similaridade com o emprego, ou seja, é indispensável separar o ato de trabalhar do ato de estar empregado. Isso porque, segundo Albornoz (2000, p. 80), essas duas palavras se confundem constantemente, pois nem todo indivíduo que trabalha tem um emprego e,

Se não houver um emprego para médico em determinada região de pouco desenvolvimento econômico e de população muito pobre, é capaz de alguém pensar que lá não há trabalho para médico, com se o nível de saúde fosse ótimo, sem se perguntar pelas muitas pessoas doentes ou frágeis que carecem dos serviços médicos terapêuticos ou preventivos.

Dessa forma, a autora quer desmistificar a ideia de que, se o sujeito está desempregado de maneira inevitável, não pode estar trabalhando, bem como se estar empregado equivalesse ao único sinônimo de trabalho. Contrariando a ideia elaborada pela grande massa de que a única forma de trabalho é por meio do emprego, é possível sim um desempregado trabalhar como autônomo e ganhar ao fim do mês mais do que um assalariado. Assim, o que a autora tenta salientar é que estar desempregado não significa não estar trabalhando, assim como o trabalho não deve possuir como único sinônimo estar empregado.

Argolo e Araújo (2004) também relatam que a função econômica do trabalho, especialmente para sociedade ocidental que está inserida na economia capitalista, tem como sinônimo o emprego, porém ressalva que, além da questão da função econômica, outras funções dele se provêm.

Os autores supracitados destacam que Jahoda, em 1987, por meio da teoria da privação, apontou as funções psicossociais do emprego, sendo essas desenvolvidas por meio de seu significado psicológico: motivação positiva para o trabalho, definição de identidade e status, realização da atividade estruturada, estruturação do tempo e provimento de relações sociais.

Assim, a questão do emprego possui diversos significados para o homem que vão muito além da estabilidade econômica, como foi apontado na teoria de privação, em que

Para a teoria da privação de Jahoda, as consequências objetivas do emprego são aplicáveis a todos os indivíduos, independentemente das suas características afetivas, cognitivas e motivacionais. Ao fortalecer a experiência da passagem do tempo, o trabalho dá ao indivíduo o conhecimento objetivo da realidade imediata e permite vivências a transformação de metas individuais em

metas sociais que satisfariam as necessidades psicológicas universais (AKUTSU, 2009, p. 35).

Dessa forma, percebe-se que a questão salarial é só uma função, entre tantas funções essenciais que vem por meio da empregabilidade, como as vivências sociais que trazem com elas a inserção social, assim como as metas pessoais. Nota-se também a importância da estrutura do tempo, entre outros papéis que justificam que o indivíduo busque se colocar no mercado de trabalho por meio de um emprego fixo. Em meio a todas, podem-se destacar a estabilidade e o poder social que o emprego proporciona para o sujeito. Jacques (1999, p. 24) explica que

O ingresso no mundo do trabalho pelo indivíduo na vida adulta lhe confere aquisições de qualificações que são esperadas pelo espaço de trabalho que são adquiridos, sendo estas incorporadas a identidade do sujeito. Sendo assim, a inserção no mundo concreto do trabalho aparece como sequência lógica de uma vida normal e como atributo de valor em uma sociedade caracterizada pelo fator produtivo, tal afirmação implica na conclusão de que o desemprego e a inatividade revelam uma dimensão subjetiva e uma repercussão social que vão além dos dados estatísticos e dos parâmetros econômicos.

Portanto, fica clara a real dimensão do trabalho e seu longo alcance ao influenciar todos os setores da vida do indivíduo atual, por meio de um aprofundamento na compreensão do estar empregado, sendo visto como uma conquista necessária para qualquer indivíduo no mundo contemporâneo. Está-se aqui diante de uma impossibilidade, que é o sujeito desempregado, este que não possui os requisitos necessários para sua identificação como ser trabalhador e produtivo. Antunes (2005) relata que, quando o indivíduo vivencia o desemprego, pode se enxergar como impossibilitado de produzir para si mesmo e para o meio em que está inserido, o que lhe causa sofrimento e tem como implicações diversas alterações em sua vida, como a renda diminuída, estrutura de tempo modificada,

sua rotina que se perde, além da ausência do seu convívio social mais frequente. Assim, quando o indivíduo se vê no papel de desempregado, acaba por não se reconhecer, o que pode desencadear sofrimento.

22

Dessa forma, o sujeito precisa ter para ser, ou seja, o indivíduo só tem uma posição social, reconhecimento e valorização quando está produzindo, sendo assim, necessita estar empregado para ter identidade social. Esse papel é de tanta relevância para reconhecimento da pessoa no âmbito social que a tendência natural, ao se conhecer alguém, é questionar sobre a posição que ocupa na sociedade.

Chahad e Zeetano (2005, p. 185) ensinam que

O que ele faz, no sentido de onde trabalha que atividade exerce, etc. Essa resposta é dada de maneira natural porque o sujeito se identifica como um ser trabalhador. Quando perde o emprego, essa identidade é atingida e o indivíduo tem dificuldade de reconhecer-se.

Pode-se compreender o quão a perda do emprego tem impacto sobre o sujeito, pois afeta diretamente a vida social do trabalhador, e este, por sua vez, não consegue se sentir aceito ou inserido em seu próprio meio.

Para Jahoda (*apud* BARROS; OLIVEIRA, 2009), a perda do emprego exila o sujeito das importantes estruturas da vida, como o horário estruturado, relações sociais, metas pessoais, definição da identidade, entre outras, em que a perda do emprego causa um grande conflito devido à ausência desse ambiente laboral, podendo vir a desencadear sofrimento psicológico. É interessante observar a ênfase que o autor apresenta para a falta de um horário estruturado, pois esse é um fator de grande peso para o adoecimento psíquico.

Assim, a ausência do emprego tem como consequência a perda da rotina e do não reconhecimento como trabalhador empregado, causando efeitos diretos no potencial do trabalhador (BARROS; OLIVEIRA, 2009). Porém cada sujeito reage de uma maneira, contudo, mesmo o trabalho tendo sentidos diversos para o homem e todos em grande escala de importância, existem amplas reações quando o mesmo se encontra desempregado.

Compreende-se, dessa forma, que o fato de perder a ligação com o universo laboral pode trazer prejuízos significativos ao sujeito, porém cada qual tem uma determinada forma de reação. Segundo Antunes (2005), alguns buscam meios de se desvencilhar da identidade de “desempregado” por meio de novas formas de trabalho, que constituem a nova morfologia do trabalho, ou seja, quando o indivíduo se vê desempregado, busca por opções de trabalho. Essas opções são fornecidas pelo mundo do trabalho, que se adequa mediante as demandas que surgem.

23

2.3.1 Trabalho formal e trabalho informal

Devido às mudanças intensas no processo de produção no mundo do trabalho contemporâneo, acabou-se por haver alterações e novas configurações de trabalho. Pelegrino (2006) ressalva que essas mudanças no processo produção se dão por meio da nova reestruturação produtiva, que pode ser definida, segundo a autora, como a substituição de antigas por novas combinações de bens, serviços, tecnologias e formas de organização da produção. Ou seja, essa reconfiguração acaba por modificar toda a estrutura do trabalho e a configura para um novo formato, que tem como consequências o aumento do desemprego, a precariedade, o trabalho

informal e a flexibilização das relações de trabalho.

O trabalho informal no Brasil começou a desenvolver-se, segundo relata Ulyssea (2006), no início da década de 1980. Porém foi nos anos 90 que esse tipo de trabalho deixou de ser comparado com o trabalho formal sobre suas semelhanças e diferenças e conseguiu ganhar um corpo e identidade, sendo reconhecido como trabalho.

Conforme descreve o autor supracitado, esse problema foi, em grande parte, minimizado devido à legislação constar que todos os trabalhadores assalariados devem ter sua carteira de trabalho assinada. Esse fato definiu que informalidade fosse relacionada apenas ao ter ou não ter carteira de trabalho.

Atualmente, segundo Pelegrino (2006, p. 35),

O movimento de restrição ao acesso ao trabalho formal tem contribuído para o agravamento de várias formas de exclusão social. Desse modo, um dos problemas fundamentais a ser enfrentado pelas economias contemporâneas é o acesso ao trabalho. A atual configuração do mercado de trabalho brasileiro tem ampliado o contingente de vulneráveis.

A autora alerta que o acesso ao trabalho formal, que por sua vez é um setor mais competitivo e tecnicamente mais qualificado, está cada vez mais distante da boa parte da população, o que causa para o mercado de trabalho um aumento no volume de trabalhadores sem contrato formal de trabalho.

Pelegrino (2006) salienta que essa migração tem o nome de estratégias de sobrevivência, assim, o trabalho informal se torna uma alternativa para os indivíduos que não alcançam o trabalho formal ou buscam um rendimento similar a indivíduos mais qualificados.

Buscando um olhar mais comparativo entre mercado informal e formal, Ulyssea (2006, p. 12) expõem que

[...] o diferencial não está associado à posse ou não da carteira de trabalho assinada, o que novamente fornece evidências contrárias à hipótese de segmentação induzida pela legislação. Além disso, condicional ao nível de escolaridade, o salário informal é mais elevado do que o formal. Isto indica que a ausência dos benefícios não-salariais decorrentes de um contrato formal é compensada por uma maior remuneração no setor informal, o que reforça as evidências de Maloney (1999) de que a informalidade pode estar associada a elevações nos rendimentos dos trabalhadores. Fica claro, portanto, que não há um consenso na literatura.

Portanto, as diferenças entre o trabalho informal e o formal vão muito além da questão da carteira de trabalho ou a qualificação. Dessa forma, é possível observar que alguns trabalhadores informais conseguem obter rendimentos ao fim do mês mais relevantes do que trabalhadores do modelo formal.

Em outra perspectiva, Antunes (2005) relata que essa é a nova morfologia do trabalho, em que além dos assalariados a sociedade capitalista está ampliando o contingente de trabalhadores no trabalho terceirizado, subcontratados, entre tantas formas de trabalho que se assemelham à informalização do trabalho e que se expandem ao redor do mundo.

Essa é a nova configuração do trabalho no mundo atual, que consiste em diversas atividades laborais, as quais estão sendo desenvolvidas juntamente com a demanda do mercado. Ou seja, o surgimento de uma nova profissão vem mediante a carência desse profissional no mercado e, devido a essa nova forma solicitada pelo mercado de trabalho, o trabalho terceirizado encontra-se em constante expansão em todo mundo, tanto no setor de produção quanto no de serviços

(ANTUNES, 2005).

Veiga e Silva (2007) acreditam que tais mudanças se devem à redução do trabalho de carteira assinada, que traz como consequência o surgimento de novos tipos de contrato de trabalho, tais como a terceirização e o cooperativismo. Estes se caracterizam por contratar o trabalhador que atende como pessoa jurídica.

Esses autores também relatam que isso afeta o trabalhador em sua compreensão e identidade acerca do trabalho. Após observar essas tantas modificações e novas configurações, fica notória a necessidade de ampliar o tema desemprego, pois se compreende que a morfologia do trabalho está em constante movimento e devem-se observar todos os modelos e formas de trabalho.

25

Assim, o desemprego vem como causa das diversas atualizações no mundo moderno, em que as constantes alterações fazem do indivíduo refém do que o mercado de trabalho pede, tendo, então, de estar sempre se atualizando acerca da demanda de mercado, para se manter “vivo” no mercado. Portanto, é necessário se atentar para inúmeras consequências que atingem diretamente o sujeito que, por sua vez, possui obrigatoriedade de estar produzindo e ser possuidor de um emprego.

2.4 DESEMPREGO E ADOECIMENTO PSÍQUICO

No último século, têm-se discutindo incessantemente a ligação entre o adoecimento e o trabalho devido ao aumento significativo das psicopatologias associadas à atividade laboral (MARTINS, 2011).

Segundo Codo (2006, p. 53), os transtornos neuróticos são responsáveis pela segunda maior causa da “incapacidade temporária” ao trabalho. O autor considera como motivos essenciais para tal adoecimento o ritmo constante de trabalho, que causa desgaste mental ao trabalhador, ausência de produto, tendo como consequência a não identificação com o trabalho e o aumento brutal do desemprego e, com ele, o desamparo desse trabalhador.

No entanto a discussão sobre a ausência do trabalho e seu impacto na vida do sujeito ainda é precária. A perda do emprego pode acarretar inúmeras consequências, que vão além da questão financeira. Barros e Oliveira (2009) expõem que os indivíduos desempregados padecem com maior constância, apresentando sofrimentos relacionados a estado de ânimo e humor ameno, ansiedade, baixa autoestima, estresse entre outros.

Isso porque, segundo Gomes (2006), ao mesmo instante em que o trabalhador perde todos os seus direitos trabalhistas, vai também se desligando de todos os mecanismos institucionais que atuavam em seu reconhecimento. Em outras palavras, além da perda da atividade e das garantias que o trabalho traz, eram subtraídas também sua identidade de trabalhador e a garantia de que teria respeito e dignidade perante família e sociedade.

Pinheiro e Monteiro (2007, p. 4) acrescentam que

[...] a perda de emprego, pode representar o ponto culminante de uma escalada de desgastes, configurando um verdadeiro trauma para a autoestima, e portanto, para a identidade, interferindo na saúde mental. Denota-se aqui que ocorre uma interação entre o campo do trabalho e do desemprego, porém sem debruçar-se especificamente neste, evidenciando, assim a necessidade de um olhar mais profundo para o campo do desemprego e saúde mental.

O desemprego pode, então, evoluir para um processo de adoecimento psíquico. Segundo Lira e Weistein (*apud* SELIGMANN-SILVA, 1994), analisa-se esse adoecimento em quatro fases. A primeira fase consiste no momento em que o indivíduo desempregado busca compreender o porquê de estar desempregado. Nessa fase, já é possível observar alguns sintomas, como alterações de humor e insônia. A segunda fase é caracterizada por uma transição, podendo ser notado desânimo e isolamento. A terceira fase é descrita como a adaptação da psicopatologia. E a última e a quarta fase é caracterizada pelo embotamento afetivo e a deterioração da autoimagem.

Pode-se observar, então, o surgimento de definições específicas do adoecer do desempregado, que produzem no indivíduo alterações no comportamento e acabam por desencadear a psicopatologia.

Os estudos acerca dos agravos à saúde mental do desempregado ainda estão escassos. Seligmann-Silva (1994) salienta que, devido às modificações no mundo do trabalho, a psicopatologia específica do ambiente laboral e a psicopatologia do desemprego são bastante confundidas. Isso porque a maioria dos indivíduos que possuem uma psicopatologia que se desencadeou devido ao ambiente laboral acaba por entrar no universo do desemprego, ocorrendo a usurpação do momento em que ocorreu o surgimento da patologia.

Assim, as psicopatologias do trabalho e as psicopatologias do desemprego são confundidas, porém é visivelmente observável a distinção entre elas, em que uma aparece devido ao ambiente e a outra devido à falta do mesmo.

Em relação às patologias surgidas no indivíduo ainda durante o exercício de seu trabalho, Heloani (2011) aponta que, já na era Pós-Fordismo, a nova divisão de

trabalho se mostrou bastante competitiva, tendo intensificado a capacidade de adaptação do trabalhador. Ou seja, agora, o trabalhador tem a necessidade de se adaptar em diferentes funções e posições no trabalho para que, dessa forma, esteja apto a competir no mercado. Essa mudança se tornou uma porta de entrada para o

27

adoecimento, uma vez que o trabalhador necessita de adaptação intensa e constante. Dejours (1991, p. 33) ensina que

[...] todo estado anormal do corpo traz infalivelmente de volta a questão do trabalho ou do emprego. Vê-se que o trabalho atravessa profundamente a vivência da doença: doença-avesso-do-trabalho, a tal ponto que a falta de trabalho torna-se, em si, um sinônimo de doença.

Já as patologias surgidas devido à falta do ambiente laboral são mais complexas e delicadas, pois o indivíduo está tomado de dúvidas quanto ao seu potencial de produção, medo do julgamento social e déficit econômico. Como Santos (2000) relata, o sentimento de invalidez e morbidade que o desemprego provoca na vida do indivíduo pode ter possível probabilidade de ser o causador de psicopatologias relevantes.

O autor supracitado ressalva que nem mesmo a família, o lazer e a religião têm maior peso social do que o trabalho na gênese da identidade do sujeito, portanto, a perda do emprego tem a força de dilatar no homem o sentimento de não pertencer à sociedade. Por muitas vezes, tal sentimento se faz de forma tão brusca que desencadeia um sofrimento que pode levar ao adoecimento.

Rocha, Carvalho e Barreto (*apud* PINHEIRO; MONTEIRO, 2007, p. 69) chamam atenção para o fato de que

O Desemprego é causa de sofrimento e doenças na medida em que desorganiza as relações familiares, quebra os laços afetivos, gera relações conflituosas, que, em alguns casos, comina em separações, retorno da família a cidade de origem e intensificação de doenças pré-existentes ou aparecimento de novas doenças.

Dessa forma, é possível notar que a relação entre o adoecimento psíquico e o desemprego é intrínseca, ou seja, não se afastam, pois em todas as suas formas de ser compreendido o desemprego resulta em sofrimento. Mendes (2007) explica que o patológico implica erros na forma como é absorvido o enfrentamento, ou seja, o sujeito não aceita a falta do emprego ou demissão, sendo bastante provável que venha a desenvolver uma patologia devido a não aceitação de sua nova posição.

Já para Veiga e Silva (2007), encontrar-se no ciclo empregado-desempregado não é essencialmente negativo. Para alguns trabalhadores, essa circunstância é um momento crucial para o seu desenvolvimento pessoal, possibilitando ainda uma oportunidade de permanecer mais tempo com a família.

28

Porém, para que ocorra essa modificação e para que a mesma seja positiva, é necessário que o indivíduo consiga lidar com mudanças, possuindo capacidade de resiliência.

Segundo as autoras citadas acima, devido ao número crescente de trabalhadores que perdem seus postos de trabalho, viu-se na reinserção no mercado de trabalho juntamente com suporte pessoal como sendo instrumentos de suma importância para a recolocação desse trabalhador no mercado.

Dessa forma, observa-se que a maior parte dos estudos e das investigações sobre o desemprego e suas implicações psicossociais acontece em tempos de

crises econômicas, em que as taxas de desemprego se elevam dando-se início a preocupações por suas consequências sociais e psicológicas. Por exemplo, segundo Garrido (*apud* CAMPOS, 2011), na década de 1930, foram feitos os primeiros estudos acerca dos efeitos psicossociais do desemprego devido à crise econômica de 1929.

Também Amaral (2011, p. 2) expõe que

O desemprego em evidência em tempos de crise econômica como a que vivenciamos hoje, num plano global mais do que um fenômeno socioeconômico, é um conceito polissêmico cujas expressões e análises relacionam-se a elementos que influenciam e são influenciados por dimensões sociais, históricas, éticas, ideológicas e políticas nos mais diversos níveis de relações.

Diante do exposto, percebe-se que o olhar voltado para o desemprego só existe quando este afeta um número expressivo de pessoas, assim, o desemprego só é observado com mais clareza devido a seus impactos na sociedade em tempos de crise econômica, que é o momento em que se consegue perceber o desemprego como algo que afeta de forma semelhante um número elevado de indivíduos.

Dessa forma, o desemprego tornou-se uma questão global, que atinge de forma particular cada país, mas se constitui em uma preocupação comum a todos. Sobre isso, a Declaração dos Direitos do Homem (ONU, 1948, p. 5) traz que “todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

Contudo é notório que, devido à precarização do trabalho e às novas configurações do mercado de trabalho, as doenças ocupacionais aparecem tão evidentes no capitalismo do século XXI. De tal modo que, quando empregado, o

trabalhador convive com a iminência do desemprego e, assim como o desempregado, é obrigado a se inventar, reinventar, por diversas vezes e por muitas vezes, prejudicando sua saúde e qualidade de vida (AMARAL, 2011).

Portanto, deve-se incessantemente buscar por investigar o adoecer psíquico do desempregado devido às constantes modificações que tendem a causar alterações de extremo impacto no mercado de trabalho, em que o trabalhador se vê desprotegido e acaba por não se reconhecer como um sujeito de qualidade para o mercado. Para Wickert (1999), isso acaba por repercutir nos processos de subjetivação dos trabalhadores. É interessante ressaltar que o trabalho consiste em uma via de subjetivação e inserção social, portanto, é imprescindível um olhar mais atento para esses indivíduos que se encontram em situação de desemprego.

2.5 PSICOLOGIA DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR

A psicologia do trabalho ligada à saúde do trabalhador é considerada por alguns pesquisadores uma área jovem em comparação a outras áreas da psicologia. No entanto Codo (2006) aponta que Freud, já em 1917, publicava questões ligadas à saúde mental do trabalhador e, em um de seus artigos, já alertava para o fato de que pacientes desempregados apresentam sérios problemas. Esses eram agrupados por ele em três classificações: personalidade paranoica, personalidade inadequada e instabilidade emocional.

Por outro véis, já no início do século XIX, a psicologia do trabalho ganhava força, por meio da Psicologia industrial, que estava relacionada à produção,

distribuição e uso dos bens e serviços. Segundo Campos e outros (2011), essa abordagem apresentava como objetivo essencial aplicar os conhecimentos sobre o comportamento humano a fim de solucionar questões ligadas às dificuldades encontradas na época no contexto industrial.

Mas foi na década de 90, conforme descreve Tonetto e outros (2008), que o termo Psicologia Organizacional e do Trabalho ganhou força com a finalidade de reunir os aspectos que compusessem a diversidade da área. E foi com Christophe Dejours (1991) que a Psicologia do Trabalho se edificou e ganhou raízes, pois suas ideias e pesquisas foram revolucionárias no que tange à saúde do trabalhador e ao

30

desenvolvimento das questões ligadas ao trabalho. Este pesquisador desenvolveu novas formas de se visualizar o ambiente de trabalho, tratando o ambiente de trabalho como um local de relações interpessoais com capacidade adoecedora.

Seligmann-Silva (1994) relata que esse processo se iniciou por meio dos estudos das dinâmicas de situações de trabalho que culminavam em patologia mental ou psicossomática. Porém a escola expandiu seu enfoque, iniciando, assim, o desenvolvimento de pesquisas que tinham como denominação Psicodinâmica do Trabalho. Em relação a esse campo, Merlo (2002, p. 2) afirma que

[...] o campo da Psicodinâmica do Trabalho como aquele do sofrimento e do conteúdo, da significação e das formas desse sofrimento e situa sua investigação no campo do infrapatológico ou do pré-patológico. Para ele o sofrimento é um espaço clínico intermediário que marca a evolução de uma luta entre funcionamento psíquico e mecanismo de defesa por um lado e pressões organizacionais desestabilizantes por outro lado, com o objetivo de conjurar a descompensação e conservar, apesar de tudo, um equilíbrio possível, mesmo se ele ocorre ao preço de um sofrimento, com a condição que ele preserve o conformismo aparente do comportamento e satisfaça aos critérios sociais de

normalidade.

Assim, o campo da Psicodinâmica do Trabalho deixou de observar as psicopatologias já instaladas para voltar o seu olhar para investigação do pré-patológico, em que o sujeito está na batalha entre o funcionamento psíquico, o mecanismo de defesa e as pressões organizacionais, buscando equilíbrio e satisfações sociais de normalidade, mesmo havendo sofrimento.

Dessa forma, a fundamental importância da Psicodinâmica do Trabalho, segundo Merlo (2002), foi ter exposto as possibilidades de agressão mental originadas na organização do trabalho e identificá-las ainda na etapa pré-patológica. Por meio dessa identificação, foi possível avançar na assimilação dos efeitos da organização do trabalho sobre o aparelho psíquico do sujeito e, logo após, em intervenção terapêutica precoce.

Para Codo (2010), Psicologia no Trabalho não é uma ciência aplicada, é uma ciência básica. Seu objeto consiste na forma de como o trabalho auxilia na compreensão do ser humano, constrói a identidade, a saúde mental, a doença mental, a personalidade, entre outros.

Portanto, observa-se que desde a origem da psicologia do trabalho existe uma preocupação em relação à saúde mental na área laboral. Na

31

contemporaneidade, esse ramo da psicologia está totalmente voltado para a relação entre o trabalho e o adoecer psicológico. Sobre isso, Codo (2010, p. 83) questiona:

O que está acontecendo com o trabalho contemporâneo? O trabalho contemporâneo é um trabalho de serviços, um trabalho que exige maior decisão, maior envolvimento afetivo. Vínculo do trabalhador com o seu trabalho e capacidade de decisão são as duas grandes exigências do trabalho

contemporâneo, e eles dependem da saúde mental, aliás, dependem de saúde mental no trabalho.

Contudo é interessante que a psicologia do trabalho desenvolva cada vez mais estratégias específicas para esse fenômeno, que foi observado há décadas e vem ganhando espaço de forma acelerada. Isso porque, devido ao crescente surgimento de patologias e psicopatologias ligadas ao trabalho, é necessária uma busca por intervenções que possam ser inteiramente direcionadas a trabalhadores com adoecimento devido ao trabalho ou à falta dele, para que haja diminuição dos danos causados à saúde tanto física quanto mental.

Mendes (1995) já alertava sobre a necessidade de pesquisas que explorassem dinâmicas que envolvessem a relação homem-trabalho, com enfoque para a psicologia do trabalho, cujo alvo de estudo é o comportamento humano dentro das organizações.

Como já observado, a psicologia do trabalho está em constante crescimento, devido ao aumento significativo de sua demanda. Dessa forma, vê-se necessário um aporte clínico psicológico tanto para as patologias do trabalho quanto para as patologias do desemprego. Segundo Sato e Schmidt (2004), a busca por ajuda psicológica de indivíduos que vivenciam dificuldades no trabalho e que sofrem os efeitos do desemprego é crescente e encontra-se em progresso anual, porém a clínica e a psicologia do trabalho ainda são pouco vistas em conjunto. Sato e Schmidt (2004, p. 366) informam que

É interessante notar como os lugares do trabalho na psicologia do trabalho e na clínica pautadas pelas ideias anteriormente explicitadas, embora isoladas, convergem para a circunscrição de suas questões e seus problemas na esfera individual, atuando de forma complementar: a psicologia do trabalho, selecionando a força de trabalho “mais adequada” e a clínica “recuperando” e adaptando os indivíduos para trabalho “útil”.

Dessa maneira, observa-se que a clínica e a psicologia do trabalho, mesmo sendo pouco vistas em conjunto, são aliadas. O autor traz a reflexão de que é

32

necessário mudar o olhar, quando se trata de buscar o adoecimento psíquico produzido pelo trabalho. Segundo Moraes (2014), o ato de se pensar sobre o trabalho, falar sobre sua dimensão subjetiva e partilhar as suas vivências permite ao trabalhador desenvolver mudanças na posição frente ao sentido do trabalho. Assim, observa-se que há necessidades visíveis de se desenvolver a psicologia do trabalho em uma visão clínica.

Mendes, Moraes e Merlo (2014) salientam que a construção do clínico do trabalho é uma condição essencial para a prática da clínica, porém, para que essa formação advenha, é essencial que se envolvam qualificação teórica, prática da escuta, entre outros pré-requisitos.

Em que a clínica do trabalho necessita do saber-fazer, que não contém somente questões técnicas, pois implica um engajamento no processo de escuta, sobre este último aspecto, Mendes, Moraes e Merlo (2014, p. 77) afirmam que

Por meio do espaço de escuta analítica do sofrimento no trabalho busca intervir no discurso, dando condições de ressignificar vivências, dar novos sentidos e refletir em um nível de consciência diferente. O ato de ceder esse espaço traz grandes mudanças, seja pela oportunidade de repensar, seja pela sensação de ser escutado por um outro que se posiciona de maneira aberta para realizar essa escuta [...].

Como pode ser observado também em pesquisa realizada por Ghizoni (2014, p. 89) que a possibilidade de um momento de fala e escuta permite mudanças significativas no sentido do trabalho em que “Ao falar, escutar os colegas

e refletir, no espaço coletivo, os trabalhadores acabam por ampliar sua percepção e sua compreensão do trabalhar, expandindo seu poder de agir sobre as condições que agravam o sofrimento no trabalho.”

Portanto, o método da clínica psicodinâmica do trabalho tem como importância a possibilidade de o sujeito se emancipar em relação ao trabalho, se libertando das questões adoecedoras e da sua relação com o mundo do trabalho. Faz-se fundamental em tal momento a clínica do trabalho, que ganha real importância no contexto em discussão, uma vez que quando o sujeito consegue repensar e organizar o que está sentindo, como consequência consegue também ter uma nova visão sobre o que está vivenciando.

Ainda sobre o método da clínica do trabalho Ghizoni (2012, p 90), assinala que:

33

A metodologia das Clínicas do Trabalho, dentre elas a da Psicodinâmica do Trabalho, se apresentam como possibilidade de pensar para além dos sintomas e do âmbito do indivíduo, desmistificando algumas máximas institucionais que contribuem na perda do sentido do trabalho para o trabalhador levando ao desengajamento afetivo necessário a mudanças na organização do trabalho.

No entanto esse olhar clínico do psicólogo do trabalho é pouco explorado, porque a psicologia do trabalho se restringiu apenas a funções específicas, sendo reconhecida e legitimada como possuidora de uma visão utilitarista. Tal afirmação permite compreender que a psicologia do trabalho ainda está bastante voltada para o empregador, para a necessidade de produção e com pouco contato com as questões dos empregados.

Ainda sobre a afirmação acima, Wickert (1999) acrescenta que a psicologia do trabalho já chegou a ser apelidada como “lobo mau” da psicologia, pois possuía

uma visão pouco direcionada para a saúde do trabalhador e promoção de saúde, voltando-se com bastante força para rendimento e produção. Portanto, o autor traz a reflexão de que é necessário mudar o olhar, quando se trata de buscar o adoecimento psíquico produzido no trabalho. Com isso, vê-se necessária a conexão da psicologia do trabalho e da saúde do trabalhador.

A saúde do trabalhador passou a ser observada com mais atenção a partir da Segunda Guerra Mundial, na França, que, segundo Heloani (2011), foi bastante afetada pelo conflito. Este foi o primeiro país a instituir a obrigatoriedade de serviço de saúde nas empresas e, devido ao resultado bastante positivo, a Organização Internacional de Trabalho (OIT), em 1959, recomendou que o restante dos países o aderisse. No Brasil, segundo o autor supracitado, a adesão foi tardia, pois somente em 1969, devido a estatísticas crescentes de acidentes de trabalho, iniciou-se a discussão sobre o tema. O Ministério do Trabalho determinou, em 1972, que deveriam ser obrigatórios serviços médicos em empresas, e houve também a criação do Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Entretanto foi na década de 1980 que a psicologia direcionou seu olhar para o campo das organizações com enfoque na saúde do trabalhador. Isso, segundo Sato e Bernardo (2005), se deu devido ao surgimento dos primeiros PSTs (Programa de Saúde do Trabalhador), no entanto ainda era escasso o número de pesquisas em Psicologia que voltasse sua atenção para essa questão. Tamanha

34

descoberta só foi possível por meio das grandes demandas advinda da rede pública de saúde. Atualmente existe esse olhar da psicologia do trabalho voltado para a saúde

do trabalhador, porém ainda é precário. Sobre esse novo olhar, Sato e Bernardo (2005, p. 283) asseguram que

[...] a saúde do trabalhador solicita um olhar que busque formas de atuação que possibilitem operacionalizar a noção de *atenção* à saúde – o que inclui ações de prevenção primária, assistência e promoção da saúde. Isso significa adotar um olhar que não se detém apenas nos aspectos biológicos, incorporando o psíquico e o social e que requer a atuação sobre os problemas humanos no trabalho a partir de um outro *locus*, o do serviço de saúde.

Desse aspecto é que a Psicologia do trabalho precisa se aproximar, buscando os legítimos problemas de saúde do trabalhador. Para Moraes (2014), o ato de se pensar sobre o trabalho, falar sobre sua dimensão subjetiva e partilhar as suas vivências permite ao trabalhador desenvolver mudanças na posição frente ao sentido do trabalho.

Hoje, segundo Heloani e Capitão (2003), o discurso mais insistente encontrado no que se refere às relações do trabalho é a preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa é definida bem como uma política de relações públicas imprescindíveis ou como meta para empresas, porém deve-se questionar o que no trabalho é prejudicial para a vida mental do trabalhador. A resposta consiste em que a “luta pela sobrevivência leva a uma jornada excessiva de trabalho, e as condições em que o trabalho se realiza repercutem diretamente na fisiologia do corpo” (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p.105).

Ou seja, o trabalho é adoecedor pelas diversas demandas que são solicitadas, tal como a forma como foi estruturado para operar, a constante competitividade, o temor do desemprego e as diversas atualizações necessárias para permanecer e ser útil. Isso torna o ser humano frágil no que tange a sua saúde mental e física, pois está constantemente sobre pressão de ser produtivo e

necessário.

Heloani e Capitão (2003, p.102) acrescentam que,

Atualmente, observa-se uma pressão constante contra a grande massa de trabalhadores existente em quase todo o mundo. Uma ameaça com objetivo certo faz com que milhares de pessoas sintam-se sobressaltadas, pois a

35

única ferramenta de que dispõem, sua força de trabalho, pode ser dispensada a qualquer momento.

Portanto, a constante pressão sobre os trabalhadores faz com que surjam ou se agravem problemas relacionados à saúde mental ou física, desencadeados pelo trabalho. E no que se refere à saúde mental do trabalhador desempregado, Wickert (1999) relata que somente será possível ter sucesso nesse campo quando forem propostas intervenções em questões como discussão e agenciamento de novas formas de inserção social. Assim, o sofrimento psíquico decorrente da ausência de trabalho será amenizado, e o trabalhador poderá restabelecer sua saúde psíquica alterada devido à ausência de emprego.

Dessa forma, faz-se necessário elaborar prevenções e intervenções na saúde do trabalhador para que estes não venham a desencadear problemas de saúde decorrentes do trabalho ou da ausência dele.

A psicologia do trabalho necessita desenvolver mais possibilidades de intervenções voltadas ao adoecimento psíquico decorrente do desemprego. Sato e Schmidt (2004) descrevem que, mesmo sabendo que a psicologia não pode resolver a questão do desemprego como um todo, uma vez que este engloba outras questões, como a demanda macrossocial e as políticas públicas, acredita-se que a

psicologia atua de caráter emergencial, oferecendo um aporte a esses trabalhadores. Salienta-se ainda que

Os serviços de saúde no Brasil e no mundo, tem tido uma procura crescente de pacientes/trabalhadores com sintomas e patologias, que têm sido muito mal compreendidas, não corretamente diagnosticadas e, portanto, subnotificadas e mal entendidas. Pensamos que esta é uma questão para a qual devemos voltar a nossa atenção imediatamente. É importante que possamos compreender que essa discussão é urgente (MENDES; MORAES; MERLO, 2014, p. 180).

Observa-se, assim, a importância do papel dos profissionais da área da saúde, os quais devem intervir nas reações simbólicas e materiais que foram causadas pelo desemprego. Segundo Pinheiro e Monteiro (2007), é fundamental esse aporte psicológico a fim de prevenir e/ou amenizar os agravos à saúde mental no sujeito, decorrentes da situação de desemprego.

A psicoterapia, para Sato e Schmidt (2004), voltada para o universo do trabalho e do desemprego, deve amparar e/ou promover no cliente o

36

questionamento de si mesmo e tudo ao seu redor, podendo, dessa forma, fazer com que ele observe as experiências que o culpabilizam ou vitimizam. O objetivo principal é o reenquadramento do indivíduo no mercado de trabalho ou a aceitação da sua situação atual, buscando amenizar os prejuízos decorrentes do desemprego e auxiliando na prevenção de possíveis psicopatologias severas.

O autor supracitado vem relatar que a procura por ajuda psicológica de quem vivencia dificuldades no trabalho ou efeitos do desemprego obteve grande aumento no ano de 1999, em que O Centro de Psicologia Aplicada ao trabalho e o serviço de Aconselhamento Psicológico, ambos do Instituto de Psicologia de São

Paulo, observaram que havia grande demanda de um trabalho clínico-psicológico e, por meio dessa observação, buscou-se articular a psicologia do trabalho e a psicologia clínica.

Monteiro e outros (2008) relatam que, ao desenvolver atendimento psicológico a desempregados, também observou a necessidade de articular a psicologia do trabalho e a psicologia clínica. Analisando esses atendimentos, notou-se que a situação de desempregado supera a questão da renda, tendo como consequência muitas vezes o surgimento de psicopatologias. Descreve ainda que há um estado de sofrimento específico do desemprego, nascendo, por isso, a precisão da escuta para sofrimentos decorrentes dessa situação. Considera-se que

Um olhar psicológico pode, também, ser importante para salientar que as mudanças existenciais e psicológicas que são, muitas vezes, experimentadas pelos desempregados, pedem cuidados que ultrapassam a mera recolocação no mercado de trabalho [...] o desempregado pode ter muitos benefícios e amenizar o seu sofrimento psíquico se puder ter acesso a um atendimento psicológico (MONTEIRO et al., 2008, p. 240).

Dessa forma, nota-se que o acolhimento e o atendimento psicológico são peças auxiliaadoras na fase de desemprego, em que o indivíduo acaba por entrar em contato com suas questões mais profundas e subjetivas e, em alguns casos, não consegue tolerar esse sofrimento. Isso acaba por desencadear um adoecimento psíquico, que poderia ser possivelmente evitado ou amenizado. Para Grisci (1999), a demanda atual não consiste somente no treinamento do trabalhador e sim prepará-lo para as mudanças, momento em que este deve compreender que o mundo do trabalho se modifica e que é interessante que esteja preparado e consciente para fazer escolhas.

Diante disso, Grisci (1999, p. 12) aponta algumas precisões:

Um diálogo que valorize os possíveis olhares que vêm de outros lugares, e que poderão iluminar o que está sendo olhado, ter claro que mais do que nunca os sujeitos necessitam da relação face a face para aprenderem a lidar com a nova realidade das tecnologias, para amenizar o sentimento de isolamento, de não pertença, de despossessão e de estrangeiridade, preservando o humano e propiciar que tanto o diálogo multidisciplinar quanto a relação face a face sejam perpassados por uma profunda discussão sobre o sentido do trabalho a ser travada no espaço da academia, dos órgãos representativos de classes, e do próprio espaço do trabalho cotidiano, que hoje extrapola territórios formalmente constituídos.

Frente às possibilidades apresentadas pela autora, buscam-se fatores para diminuir os impactos que as relações de trabalho e o próprio ambiente laboral causam no indivíduo. Esses fatores são importantes para que o indivíduo possa estar preparado para diversos acontecimentos e demandas que surgem no ambiente laboral e que, assim, consigam-se diminuir aspectos negativos, como medo e pressão, que são característicos dos processos de gestões e do cotidiano organizacional. Assim, esses fatores apresentados podem ter repercussão positiva na saúde do trabalhador, pois se observa que ter saúde na atividade laboral é muito mais do que a ausência da doença, mas a prevenção de seu surgimento.

Outro fator de extrema relevância para o mundo organizacional no que se refere à prevenção da saúde do trabalhador é o momento da demissão. Segundo Freitas (2006), não se pode impedir que empresas ou organizações demitam, pois possuem objetivos e, para atingir metas, às vezes, em um determinado período, não necessitam mais de um trabalhador específico. Porém autor se refere “às demissões perversas e ao tratamento desumano praticado por algumas organizações durante a demissão” (FREITAS, 2006, p. 105).

Ou seja, de acordo com a justiça, é legal e também se faz necessário por diversas vezes demitir, entretanto o que se questiona é a forma da demissão, o cuidado com o trabalhador, que por sua vez foi necessário e útil para o desenvolvimento da empresa. Existem momentos ímpares para a prevenção da saúde do trabalhador, e a demissão é um desses momentos que, por si só, já causa grande efeito e, por isso, deve existir prudência e zelo nesta ocasião, pois

As empresas não são apenas lugares de trabalho. São também espaços em que as pessoas desenvolvem laços fortes de amizade, constroem expectativas de futuro, aderem a um imaginário que lhes fala de um projeto comum, ancoram uma parte de sua identidade social, enfim, um sistema

38

que ultrapassa a sua finalidade econômica. A demissão é o ritual que degrada todas essas vinculações. Ela já é por si mesma uma essência cruel para quem está sendo desligado. Não existe nada, além de perversidade e sadismo, que justifique que um chefe ou uma empresa humilhe alguém quando o demite no final do expediente (FREITAS, 2006, p.106).

Portanto, conclui-se o momento da demissão como um espaço de se fazer valer de agradecimentos pelos serviços prestados à empresa para valorizar esse trabalhador. O autor reafirma sua revolta com empresas que não possuem esse cuidado, pois “isso é uma forma de negação dessa pessoa como pessoa; é a negação da biografia desse sujeito, uma tentativa de apagar o seu passado e suas vinculações, tratando-o como uma coisa que não tem sentimentos nem humanidade” (FREITAS, 2006, p. 106).

Dessa forma, nota-se que em um momento tão delicado e ao mesmo tempo importante tanto para o trabalhador quanto para a empresa, o aporte de um profissional como psicólogo é fundamental para que haja um desligamento saudável

para ambas as partes. A organização deve desenvolver um bom desligamento, pois tal cuidado com o trabalhador é necessário, porém ainda é pouco focalizado pela psicologia do trabalho.

Sato (2010) expõe que a Psicologia Social e da Saúde do Trabalhador estão mais envoltas a essas questões do que a própria psicologia do trabalho, que necessita demonstrar uma maior atenção para os fenômenos do trabalho e das organizações. Também se deve ter como enfoque o trabalhador para, assim, “construir objetos que tematizam os problemas sociais e humanos no trabalho, de modo a garantir a escrituração do que Oddone e Cols (1981) denominaram de uma ‘Psicologia não escrita’” (SATO, 2010, p. 48).

Contudo vale enfatizar que a psicologia necessita desenvolver novas intervenções que focalizem a saúde do trabalhador, pois é notório que isso consiste em uma colocação importante, quando se refere à Psicologia do Trabalho, que tem como função essencial atuar como coparticipante da prevenção da saúde do trabalhador dentro das organizações.

39

3 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de um desenho de estudo que propôs uma pesquisa com finalidade pura, de caráter qualitativo, de objetivo metodológico exploratório e procedimento bibliográfico. Segundo Lima e Mito (2007, p. 38), “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Dessa forma, buscou-se um levantamento bibliográfico por meio de uma

revisão nacional de artigos bibliográficos e de campo, em que não se desenvolveu pesquisa de campo. Considerou-se necessária uma busca do material para um melhor aprofundamento no domínio de informação sobre adoecimento mental do desempregado. Foram considerados critérios de inclusão, em que a base da pesquisa consistiu-se em buscas na biblioteca da instituição CEULP/ULBRA e artigos científicos publicados entre os anos de 2010 a 2015, encontrados na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO.

Esse levantamento busca por reais informações, pois, segundo Lima e Miotto (2007, p. 40), “o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado”.

Portanto, para o sucesso na procura por conhecimento sobre o objeto de estudo, investigaram-se criteriosamente por meio de aspectos de inclusão e exclusão os artigos científicos que melhor se adequavam à demanda exigida.

Assim, os resultados da pesquisa foram incluídos inicialmente por meio de uma busca por meio das seguintes palavras-chave: ‘desemprego’, que obteve 281 (duzentos e oitenta e um) artigos como resultados; e, observando-se a necessidade de se limitar a pesquisa, buscou-se também por ‘impactos do desemprego’, que alcançou 14 (quatorze) artigos; assim, ao refinar a pesquisa para alcançar artigos que mais se assemelhassem ao tema, pesquisou-se por ‘saúde mental de desempregados’, alcançando a marca de 8 (oito) artigos. Ocorreu, então, a partir desse resultado, um segundo refinamento por meio de critérios de exclusão, que consistiu em eliminar os artigos que não envolvessem a variável ‘intervenções psicológicas’ e artigos publicados entre os anos de 2010 a 2015.

Concluiu-se a busca com 4 (quatro) artigos que se enquadraram na demanda exigida e que apresentaram todos os critérios acima respeitados. A partir dessa seleção de artigos, que auxiliaram todo o processo de análise, observou-se a relação entre adoecer mental e o estar desempregado. Assim, pôde-se compreender o desemprego como possível causa do adoecer psicológico e também os aspectos mais relevantes que abrangem esse adoecer. Para tanto, esses artigos foram de suma relevância e base para o entendimento do que se tem sido produzido e publicado de mais atual pela psicologia no campo do adoecimento mental do desempregado.

41

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise bibliográfica, foram selecionados quatro artigos, sendo três de pesquisa de campo e uma pesquisa bibliográfica. Para melhor esclarecimento dos artigos selecionados, segue o Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos selecionados a partir da pesquisa bibliográfica

TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRAS- CHAVE
---------------	--------------	------------	----------------------------

Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo			
---	--	--	--

Práticas da Psicologia Clínica frente ao sofrimento psíquico causado pelo desemprego			
--	--	--	--

Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades			
--	--	--	--

	Daniel Abs e Janine Kieling Monteiro		
--	--------------------------------------	--	--

		2010	
--	--	------	--

Saúde mental do desempregado, intervenções psicológicas			
---	--	--	--

	Giuliana Franco Leal		
--	----------------------	--	--

		2011	
--	--	------	--

Desemprego Discussão			
----------------------	--	--	--

sobre as possibilidades de reação coletiva ao desemprego por parte dos trabalhadores desempregados			
--	--	--	--

	Empregados e desempregados: atribuições causais e bem-estar subjetivo		
--	---	--	--

	Emilio Moyan Díaz, Daniel Gutiérrez Peña, Karen Zúñiga Cabrera e Felipe A. Cornejo		
--	--	--	--

Saúde mental do desempregado, impactos do desemprego			
--	--	--	--

Análise a relação do desemprego com o bem-estar subjetivo em uma amostra de 200 participantes			
---	--	--	--

A formação profissional e a percepção de saúde mental dos trabalhadores: estudo comparativo em situação de (des)emprego			
---	--	--	--

2013

Joaquim Eurico, Valentim Oliveira, José Fernando Vasconcelos Cabral Pinto e Rita Manuela de Almeida Barros

Estudo comparativo da autopercepção da saúde mental dos trabalhadores

Fonte: Scielo – *Scientific Electronic Library Online*, 2015.

No artigo de Díaz e outros (2013), em sua pesquisa de campo, foi analisada a relação do desemprego com o bem-estar subjetivo em uma amostra de 200 participantes, em que 100 eram desempregados e 100 empregados. Obteve-se como resultado que os desempregados possuem menor bem-estar subjetivo, ou seja, mulheres e homens desempregados possuem menores níveis de satisfação com a vida do que empregados.

2014 Saúde mental do
desempregado

42

Esse resultado expõe na prática o que pode ser observado no levantamento bibliográfico por Wickert (1999). O autor já alertava que o trabalho consiste em uma via de subjetivação e inserção social, portanto, é indispensável um olhar mais cuidadoso para indivíduo desempregado, notando-o não apenas como um ser desempregado, mas como um sujeito singular, que sofre a sua maneira as consequências do estar desempregado.

Observando essa característica gritante da diminuição de bem-estar para esses indivíduos, procurou-se investigar as demais reações psicológicas típicas desse grupo de pessoas. Para Leal (2011), essas reações existem e foram analisadas pelos pesquisadores brasileiros Pereira e Brito (1995), os quais catalogaram as reações psicológicas mais comuns oriundas da perda do emprego, sendo elas: diminuição da autoestima, agressividade, conflitos nas relações familiares e depressão. Isso se dá devido a diversos âmbitos da vida do sujeito desempregado serem afetados, especificamente o social, pois:

[...] é central a vivência do desemprego como experiência de inferioridade social,

esse modo de os trabalhadores desempregados se verem e serem vistos é condicionado pela visão de mundo dominante do trabalho assalariado como norma social, mesmo quando os postos de trabalho existentes não correspondem ao número de pessoas que querem ocupá-los (LEAL, 2011, p. 659).

Portanto, compreende-se que a visão de trabalho e emprego imposta pela sociedade está influenciando o modo como o indivíduo vivencia esse período, conforme ressalva a autora acima citada, quando afirma que o trabalho assalariado é uma norma social. Podem-se colocar duas situações que podem se tornar adoecedoras para o sujeito, sendo essas tanto a obrigatoriedade de possuir um emprego como a forma que é vivenciada a ausência dele.

Como também afirma Wickert (1999), o trabalho é um aluguel social, ou seja, compreende-se que todo indivíduo deve “pagar” para ser reconhecido em seu meio social. Para melhor compreender a saúde mental desses indivíduos, Oliveira e outros (2014) buscaram investigar a questão saúde mental e ambiente laboral por meio de uma pesquisa comparativa entre indivíduos empregados e desempregados, e os que possuem ou não capacitação profissional a fim de averiguar se há

43

diferença no adoecer mental de cada categoria. Foram alcançados os seguintes resultados:

Verificamos que a autopercepção de saúde mental, por parte dos trabalhadores, é mais favorável após a frequência e conclusão de curso de formação profissional, quer na situação em que os sujeitos se encontrem empregados, quer na situação em que os sujeitos se encontrem desempregados. Desta forma, a suposição inicial foi confirmada, na medida em que a frequência e conclusão de cursos de formação profissional diferencia os trabalhadores do mercado de trabalho instável em relação à sua percepção de saúde mental. Sustentados nos nossos resultados, parece-nos que a formação profissional promove a saúde mental, e isso parece ocorrer por via da geração do maior

nível de expectativas de empregabilidade dos indivíduos que aderiram à formação - efeito motivação (OLIVEIRA et al., 2014, p.116).

A pesquisa dos autores supracitados e os resultados obtidos por eles permitem uma melhor compreensão sobre a autopercepção de saúde mental por meio dos níveis de formação profissional. Destaca-se que indivíduos (empregados ou desempregados) que possuem algum nível de profissionalização têm maior autopercepção da saúde mental do que indivíduos (empregados ou desempregados) que não possuem, pois a profissionalização funciona como uma via de motivação.

Acredita-se que ter profissionalização é possuir uma chance maior para a obtenção de emprego e identidade, pois se nomeia como um profissional e não como desempregado. Ou seja, o indivíduo pode se encontrar em situação de desemprego, porém sua identidade como trabalhador não se modificará, pois possui uma profissão específica, não se intitulando desempregado.

Dessa forma, observa-se que a profissionalização é peça que contribui para que o indivíduo preserve sua saúde mental mesmo em situação de desemprego. Por isso, vê-se a profissionalização importante para todos, uma vez que por meio dela se podem enxergar amplas possibilidades e estar ciente de que o desemprego é um período e não pode determinar identidade. Em outras palavras, o indivíduo profissionalizado se intitula e se identifica em determinada área, e o desemprego por si não possui a capacidade de desmistificar essa identificação já cultivada, tendo a profissionalização como via de motivação por crer que possui mais possibilidade de empregabilidade.

Porém os autores da pesquisa supracitada asseveram que “por quanto tempo essas expectativas positivas irão perdurar é algo que fica fora do alcance do nosso estudo. O gradiente de desmotivação dependerá das contingências futuras

dos contextos de vida individuais” (OLIVEIRA et al., 2014, p. 116). Ou seja, prever que a diferença dos índices de saúde mental verificada entre os profissionalizados, permanecerá ou se alterará, dependerá da posição em que cada um deles se encontra no mercado de trabalho. Dessa forma, a amostra somente investiga um período em que o indivíduo se encontra, assim, sendo incapaz de afirmar que esse estado de autopercepção permanecerá o mesmo.

Discorrendo especificamente sobre indivíduos que se encontram em situação de desempregados e tendo como implicação o adoecimento mental, Abs e Monteiro (2010) destacam que a atuação do psicólogo na saúde do trabalhador desempregado é uma demanda imprescindível e crescente. Essa conclusão foi desenvolvida por meio de uma pesquisa planejada pelos autores supracitados, que consistiu em uma entrevista com oito psicólogos. O objetivo foi investigar a afinidade deles com temas relacionados a trabalho e desemprego, e questões relacionadas à clínica para indivíduos com adoecimento decorrente ao desemprego – como as intervenções empregadas nesses pacientes, o auxílio teórico que utilizariam e qual a contribuição da psicologia para essa demanda. Frente a essas questões, observou-se, que:

[...] quanto ao lugar que a Psicologia pode ocupar em relação ao desemprego, que se diversificam as posições e a escuta clínica aparece como a única categoria de tratamento visualizada pelos participantes. Paralelamente, os entrevistados deram ênfase à prevenção, colocando a Psicologia como uma disciplina que poderia intervir mais fortemente nas escolas e nas empresas, ressignificando o trabalho e orientando crianças e jovens na sua inserção no mercado (ABS; MONTEIRO, 2010, p. 425).

Portanto, há poucas intervenções pensadas por psicólogos para pacientes

em situação de desemprego. E somente a escuta clínica foi observada como uma possibilidade terapêutica de tratamento. Ainda na entrevista, observaram-se relatos direcionados para a prevenção do adoecimento decorrente do desemprego, como exemplo, prevenções para crianças e adolescentes. Essa prevenção aborda como tema o trabalho e suas peculiaridades, fazendo com que haja conscientização da necessidade de um novo olhar voltado para o saber do trabalho, ou seja, uma ressignificação do trabalho que traga como principal consequência inserção saudável no mercado.

Segundo Abs e Monteiro (2010), foi lembrada ainda pelos psicólogos na entrevista, acerca da psicologia do trabalho, a urgência de uma melhor qualificação

45

nas avaliações de recrutamento e seleção, questionando ainda seu papel associado aos trabalhadores.

Esse papel associado ao trabalhador pode ser notado em comunhão entre a psicologia do trabalho e a saúde do trabalhador, que atualmente é crescente. Entretanto ainda é precário e, para Sato e Bernardo (2005), a saúde do trabalhador requer uma visão que procure formas de atuação que possibilitem operacionalizar a noção de atenção à saúde e que abranja não apenas aspectos biológicos, mas também psíquicos e o sociais, assim havendo uma percepção do trabalhador em um todo.

Para Wickert (1999), no que compreende a saúde mental do trabalhador desempregado, só será possível ter progresso quando forem propostas intervenções que abrangem questões tais como discussão e agenciamento de novas formas de inserção social. Ou seja, é preciso que haja um aprimoramento sobre tal discussão

levantando prováveis soluções para as mazelas dos desempregados, bem como facilitando sua reinserção no mercado de forma a preservar sua saúde psíquica. Isso só será possível quando a psicologia do trabalho estiver verdadeiramente focada na saúde do trabalhador.

Ainda sobre a pesquisa com os psicólogos, Abs e Monteiro (2010, p. 425) descreve que “as ações da Psicologia em relação ao desemprego relatadas pelos participantes puderam ser compreendidas em três grandes subcategorias: ações de prevenção, ações de tratamento e ações políticas”.

Ainda segundo os autores supracitados, as ações de prevenção consistem em atuações dos psicólogos que, por sua vez, devem desenvolver atividades como orientação profissional, avaliações psicológicas e seminários e palestras, que teriam como tema o trabalho. Já as ações de tratamento compreendem atividades de escuta tanto no ambiente clínico como no organizacional e o acolhimento do trabalhador em sofrimento. Por fim e tão importantes como as demais as ações políticas que incluem o trabalho social em organizações para a conscientização política dos trabalhadores,

São dois os aspectos em que se espera que esta pesquisa possa contribuir. O primeiro se refere a problematizar a significativa presença da categoria trabalho na clínica psicológica e o que se está fazendo com ela. O segundo se refere a operar, pesquisando e intervindo, no limite entre os campos da Psicologia Clínica e da Psicologia do Trabalho, a fim de colaborar com essa problemática (ABS; MONTEIRO, 2010, p. 425).

46

Entende-se que os aspectos investigados no decorrer da pesquisa são aspectos atuais, pois buscam compreender as atualizadas intervenções no que se refere à saúde mental do trabalhador desempregado e às atribuições do campo da

psicologia clínica e do campo da psicologia do trabalho, em que, segundo Abs e Monteiro (2010, p. 425), “o desemprego é uma temática da clínica psicológica contemporânea, e que esta necessita produzir operadores capazes de, na clínica, dar conta de fenômenos contemporâneos que estão emergindo, como o desemprego”.

Como também é relatado por Sato e Schmidt (2004), esse olhar clínico do psicólogo do trabalho é escasso, porém essa visão está em constante transformação. Assim, a psicologia do trabalho e a psicologia clínica, embora cada qual possua sua especificidade, contribuem uma com a outra, pois enquanto a psicologia do trabalho seleciona a força de trabalho, a clínica adapta indivíduos para trabalho. Porém organizar quando cada uma deve penetrar é a questão, assim como se estabelecer qual o limite de atuação de cada uma e se a clínica está pronta para essa nova demanda.

É importante destacar que a pesquisa visou a investigar o que a psicologia clínica possuía de conhecimento acerca do tema desemprego, sendo possível notar que, no que se refere ao sofrimento dos desempregados, há pouco entrosamento sobre o assunto.

Pois segundo Abs e Monteiro (2010, p. 425),

Tal ideia coloca em questão que a Clínica Psicológica pode não saber muito bem o que fazer com a temática do desemprego e necessita urgentemente de operadores que deem conta, na clínica, dos fenômenos contemporâneos que estão emergindo.

Em vista da necessidade relatada acima, cabe aos psicólogos enxergarem essa lacuna que emergiu no século XXI e se prepararem para intervir no consultório, pois é visível o crescimento dessa demanda. Segundo Mendes, Moraes e Merlo

(2014, p. 74), “a formação do clínico do trabalho é um requisito inseparável para prática clínica. Essa formação envolve qualificação teórica, a prática da escuta e o próprio processo de análise”.

Contudo é necessário haver preparação e saber-fazer, pois, segundo a autora, deve-se unir a teoria e a prática para conseguir desenvolver corretamente a

47

clínica voltada para questões acerca do trabalho. O saber-fazer da psicologia clínica na contemporaneidade é inquestionável e deve voltar-se à demanda do clínico do trabalho. Pode-se, assim, concluir, por meio de uma compreensão ampla sobre o objeto de estudo, que o trabalho é fonte de prazer e dor; ao mesmo tempo, é necessário obtê-lo para satisfação econômica, pessoal, social e familiar. Há, assim, necessidade de políticas públicas para analisar sua escassez para tantos indivíduos que, por vivenciar o desemprego, necessitam de auxílio para o retorno ao mercado de trabalho, sem sequelas significativas em sua vida.

Pinheiro e Monteiro (2007) relatam que o significado de trabalho para o homem é como um verdadeiro sentido para a vida, uma vez que é no ambiente laboral que o indivíduo vivencia mais experiência do que em qualquer outro contexto ou ambiente. Dessa forma, quando este se vê fora desse contexto, já não se reconhece, e a perda do emprego pode representar um verdadeiro trauma para a autoestima, como também para a identidade do sujeito, podendo influenciar diretamente em sua saúde mental.

É nesse ponto que se vê o papel do psicólogo frente à questão do desemprego como um auxiliador do indivíduo para sua reinserção no mercado, amenizando os prejuízos causados por tal fenômeno e suas ramificações. Para que

isso seja pautável como tudo que foi colocado, é interessante que se busquem formas de intervenções adequadas e saudáveis e que, ao mesmo tempo, acompanhe-se de forma sincronizada as mudanças que vêm ocorrendo e modificando o contexto no mundo do trabalho de forma significativa e operante.

Diante disso, Sato e Schmidt (2004) ressaltam que, mesmo estando ciente de que a psicologia não é capaz de resolver a questão do desemprego como um todo, devido ao mesmo englobar diversos outros pontos, como políticas públicas e questões sociais, acredita-se que a psicologia haja de caráter emergencial diante dessa demanda, e acaba por oferecer auxílio a esses trabalhadores.

Portanto, esse novo olhar que se busca para o psicólogo, tanto o clínico como o psicólogo do trabalho, é urgente devido à demanda já exposta no decorrer desse estudo, em que ficou evidente a emergência de um atendimento mais específico para os desempregados. Sobre isso, Monteiro e outros (2008, p. 240) explicam que

48

Um olhar psicológico pode, também, ser importante para salientar que as mudanças existenciais e psicológicas que são, muitas vezes, experimentadas pelos desempregados, pedem cuidados que ultrapassam a mera recolocação no mercado de trabalho.

Assim, o acolhimento encontrando em um atendimento psicológico direcionado para o desempregado pode amenizar o sofrimento com que esse trabalhador se depara. Esse olhar e amparo necessários podem ser encontrados por meio de um aporte direcionado para saúde do trabalhador, em que

[...] a saúde do trabalhador solicita um olhar que busque formas de atuação que possibilitem operacionalizar a noção de *atenção* à saúde – o que inclui ações de

prevenção primária, assistência e promoção da saúde. Isso significa adotar um olhar que não se detém apenas nos aspectos biológicos, incorporando o psíquico e o social e que requer a atuação sobre os problemas humanos no trabalho a partir de um outro *locus*, o do serviço de saúde (SATO; BERNARDO, 2005, p. 283).

Dessa forma, é necessário se criar estratégias que devem ser estruturadas na saúde do trabalhador com enfoque na prevenção, na assistência e na promoção de saúde, para que esses indivíduos sejam amparados psicologicamente e possam, de forma saudável, fazer sua reinserção no mercado de trabalho e ter o labor não como componente insubstituível em sua existência, e sim como um componente que faz parte de um todo.

Conclui-se que há muitas pesquisas que observaram o real envolvimento do desemprego com o adoecimento mental, mas o atendimento psicológico direcionado para esse público que ainda é escasso, porém vem em crescente alta. Constatou-se que o tema desemprego associado à saúde mental é uma questão urgente, porém, como relatado no decorrer da discussão, a psicologia é um componente e sozinha não pode fazer diferença de forma que englobe todos os setores que necessitam de mudanças para alterar a condição atual. Dessa forma, a psicologia age de maneira paliativa, sendo necessária uma atuação mais eficaz e direcionada de políticas públicas e educação sobre o trabalho como forma de prevenção.

Portanto, aguarda-se por mais estratégias de intervenções que sejam direcionadas para o público desempregado, e que a psicologia do trabalho possa agir em conjunto com a saúde do trabalhador, vindo a desenvolver técnicas de atendimento psicológico que tenham como principal enfoque a saúde mental do trabalhador em situação de desemprego.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podem-se compreender, por meio do contexto histórico, as diversas modificações que ocorreram no mundo do trabalho durante a passagem de diversos séculos. Notou-se que, em cada passagem de tempo, o significado e o sentido do trabalho se modificaram tanto por meio de acontecimentos políticos, sociais, econômicos, quanto pelas tecnologias que surgiram, entre outros que influenciaram e continuam influenciando nas alterações que ocorrem constantemente.

Foi possível observar também que, por meio das mudanças no mercado de trabalho, ocorre o surgimento de novas configurações laborais. Estas são responsáveis pelo surgimento ou diminuição de demandas específicas de trabalho como também pelo o desemprego no mercado. Ou seja, por meio dos acontecimentos citados acima, concluiu-se que tanto o trabalho terceirizado como as demandas de emprego peculiares e o desemprego são advindos das alterações e relocalizações no mercado.

Essas modificações como observadas possuem peso essencial para a identidade do trabalho, que passou de algo indesejado e pertencente à minoria desprovida, para status social e necessário na sociedade, como também para o próprio reconhecimento do sujeito como ser produtivo e útil. A falta dele traz agravamentos à saúde do indivíduo que se encontra nessa situação.

Frente a essas informações e ao crescimento atual do desemprego em todo o mundo, percebeu-se a necessidade de um olhar mais profissionalizado para a compreensão de seu impacto real na vida do sujeito desempregado. Isso porque este pode acabar por se anular, vindo a desenvolver baixa autoestima, ansiedade,

irritabilidade, entre outros, desencadeando em maioria um adoecimento psíquico.

Pois, como visto no decorrer do presente estudo, o trabalho possui valor de estruturação da identidade do sujeito, partindo do princípio que é onde ele se reconhece e sente-se inserido socialmente.

Por isso, o presente estudo ressaltou a necessidade de a psicologia do trabalho agir em prol da saúde do trabalhador. É na junção desses que se vê expectativa de mudança e o início de um novo olhar da psicologia para com o indivíduo desempregado. Por meio da psicologia do trabalho voltada para a saúde do trabalhador, podem-se enxergar possibilidades de uma melhor compreensão do mundo de indivíduos nessa situação.

50

A psicologia do trabalho durante décadas, como pode ser visto no decorrer do estudo, se voltou para o recrutamento e seleção, com enfoque voltado totalmente para o empregador e pouco ou quase nada visando aos benefícios do trabalhador. Porém a mudança no cenário da psicologia do trabalho é visível atualmente, em que o contexto que envolve a saúde do trabalhador é algo em discussão e que comprovadamente traz benefícios na produção. Assim, o olhar para o trabalhador é algo evidente na contemporaneidade, porém esse olhar se encontra em escassez de práticas como também de publicações sobre o fenômeno que vai muito além da questão da doença. Esse fenômeno abrange a prevenção do adoecer como também a preparação do trabalhador frente às mudanças no ambiente laboral.

No âmbito da saúde do trabalhador desempregado, deve haver discussão e conscientização para sua reinserção no mercado trabalho, de forma coesa, sem que haja prejuízo de ordem emocional. Dessa forma, o papel do psicólogo frente à

questão do desemprego é essencial para agir na prevenção, assistência e promoção de saúde, bem como no atendimento psicológico direcionado especificamente para essa demanda.

Para tanto, é necessário que a psicologia do trabalho desenvolva intervenções apropriadas e que acrescente técnicas específicas para o atendimento desses trabalhadores. Também é necessário o acompanhamento das constantes inovações na morfologia do trabalho, que acontecem com rapidez e que modificam o contexto no mundo do trabalho.

Dessa forma, a presente pesquisa é apenas uma breve compreensão do mundo do desempregado, visto que esse indivíduo se encontra em situação vulnerável ao surgimento de psicopatologias decorrentes de sua situação. Isso porque, na contemporaneidade, se dá extremo valor ao indivíduo que está empregado, e aquele que se encontra fora desse contexto é mal visto tanto pela sociedade quanto para si mesmo.

Em relação a psicopatologias decorrentes de sua situação, pode-se observar ao longo da pesquisa que existem atualmente estudos e publicações sobre psicopatologias específicas do desemprego, porém são poucas e raras, confundindo-se com as psicopatologias adquiridas no ambiente laboral, sendo assim difícil a conclusão de quando se iniciou o adoecimento mental. Porém é notória a distinção de cada uma: enquanto a psicopatologia do trabalho vem por questões

51

típicas no ambiente laboral, a psicopatologia do desemprego vem pela falta deste e por todas as mazelas advindas dessa situação.

Portanto, a presente pesquisa possibilitou uma reflexão acerca da relação

entre o desemprego e o adoecimento psicológico decorrente dele ele, em que ficou explícita a crescente necessidade de se ampliar estudos acerca desse tema. Isso se deve à demanda urgente no atual cenário do mundo do trabalho, em que a situação de desemprego acaba por ocasionar alterações significativas no âmbito social, familiar e financeiro desse indivíduo, podendo acarretar o adoecer psíquico.

Logo, novos estudos e publicações serão de grande valor para o avanço na compreensão das psicopatologias específicas do desemprego, como também para a concepção de como intervir nos atendimentos psicológicos para esses indivíduos, assim como o desenvolver da prevenção que é indispensável.

Dessa forma, espera-se que esse estudo venha a contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o tema o adoecer psicológico do desempregado. E que, a partir desse estudo, possam-se desenvolver propostas pensadas para a compreensão das psicopatologias do desemprego, bem como em propostas de intervenções psicológicas voltadas para indivíduos nessa conjuntura. Pode-se desenvolver também estudo com o intuito de abranger o papel da psicologia do trabalho frente à saúde do trabalhador, em que sua função é de efetiva necessidade para o acompanhamento no ambiente laboral.

52

REFERÊNCIAS

ABS, Daniel; MONTEIRO, Janine Kieling. Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 419-426, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 set. 2015.

AKUTSU, Rita de Cássia Colho de Almeida. **Valores e bem-estar dos**

nutricionistas brasileiros. São Paulo: Braúna, 2009.

ALBORNOZ, Suzana. **O Que é Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

AMARAL, André Luís Vizzaccaro. **Da crise categorial do desemprego à saúde mental do trabalhador.** 2011. Disponível em:
<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt6/da_crise.pdf>. Acesso em: 3 set. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a concha:** ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em:
<<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/caracol%20e%20a%20concha%20ricardo%20antunes.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2015.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Entre servidão e sedução do trabalhador: Uma secular insistência do capital. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão.** 3. reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

ARGOLO, João Carlos Tenório; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. **Revista de administração contemporânea,** Curitiba, v. 8, n. 4, p. 161-182, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552004000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 set. 2015.

BARROS, Celso Aleixo de; OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de. Saúde mental de trabalhadores desempregados. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho,** Florianópolis , v. 9, n. 1, jun. 2009 . Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2015.

BLANCH, J. M. Sin y subempleo: nuevas fuentes de malestar y de exclusión social. In: AGUILLÓ, E.; REMENSEIRO, C.; FERNÁNDEZ, J. A. **Psicología del trabajo, de las organizaciones y de los recursos humanos.** Madrid, Espanha: Biblioteca Nueva, 2000.

BORGES, Livia de Oliveira; TAMAYO, Álvaro. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **Revista Psicologia Organizacional e Trabalho,** 2001. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/6712/6169>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CAMPOS, Daniela Cristina. **Autoeficácia e saúde mental em trabalhadores desempregados**. 2011. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica

53

de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em:

<http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=937>. Acesso em: 3 set. 2015.

CAMPOS, Keli Cristina de Lara; DUARTE, Camila; CEZAR, Érica de Oliveira; PEREIRA, Geruza Oliveira de Aquino. Psicologia organizacional e do trabalho - retrato da produção científica na última década. **Psicologia, ciência e profissão**. Brasília, v. 31, n. 4, p. 702-717, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2015.

CHAHAD, Carolina; ZEETANO, José Paulo. Os Impactos Psicológicos do desemprego e suas Consequenciais sobre Mercado de Trabalho. **Revista Abet**, jun. 2005.

Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15693>>
Acesso em: 20 abr. 2015.

CODO, Wanderley. **Por uma psicologia do trabalho**: ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

_____. Saúde do Trabalhador. In: LEONARDI, André Isnard; NETTO, Carlos César Coelho; MOREIRA, Clarice; FAÇANHA, Danusa Cardoso; EIDELWEIN, Karen; OLIVEIRA, Rogério (Orgs.). **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. 1. ed. Brasília: Conselho federal de psicologia, 2010.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Rio de Janeiro: Cortez, 1991. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=120410&indexSearch=ID>>. Acesso em: 20 maio 2015.

DÍAZ, Emilio Moyan; PEÑA, Daniel Gutiérrez; CABRERA, Karen Zúñiga; CORNEJO, Felipe A. Empleados y desempleados, atribuciones causales y bienestar subjetivo. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 440- 450, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&

pid=S0102-71822013000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 set. 2015.

FREITAS, Maria Ester de. Por uma ética na demissão?. **Revista de Administração de Empresas**. v. 46, n. 1, jan./mar., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v46n1/v46n1a07.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Transformações no mundo do trabalho e políticas públicas**: a questão do comércio ambulante e tempos de globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GRISCI, Carmem Ligia lochins. Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do trabalho bancário. **Psicologia: ciência e profissão**. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100002>. Acesso em: 20 abr. 2015.

54

GHIZONI, Liliam Deisy. **Clínica psicodinâmica do trabalho**: A prática em diversos contextos de trabalho. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.uft.edu.br/index.php/desafios/article/view/796/74-92>>. Acesso em: 28 nov. 2015

HELOANI, José Roberto. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In: MENDES, Ana Magnólia. (org.) **Trabalho e saúde**: o sujeito entre emancipação e servidão. 3. reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

_____; CAPITAO, Cláudio Garcia. **Saúde mental e psicologia do trabalho**. v. 17, n. 2, p. 102-108. São Paulo: Perspectiva, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário**. 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201501pubCompleta.pdf Acesso em: 20 maio 2015.

JACQUES, Maria das Graças Correa. **Identidade e Trabalho**: Uma articulação indispensável. 1999. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Colets/>>

v01n11a03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

JAHODA, M. Empleo y desempleo: un análisis sociopsicológico. Madri: MOrata, 1987. In: AKUTSU, Rita de Cássia Colho de Almeida. **Valores e bem-estar dos nutricionistas brasileiros**. São Paulo: Braúna, 2009.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. eBooksBrasil, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/direitopreguica.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

LEAL, Giuliana Franco. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Caderno do Centro de Recursos Humanos**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 647-662, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/12.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

LEÃO, da Costa, Luís Henrique. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. 2012. **Ecos**. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1008>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LENIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Expressão, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

55

MARTINS, Soraya Rodrigues. Tempo antes do adoecer: relação entre saúde e os processos psicodinâmicos do reconhecimento do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão**. 3. reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. (Org.). **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão**. 3. reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

_____. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

_____. Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: ciência e profissão**, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/09.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____; MORAES, Rosangela Dutra de; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Trabalho e sofrimento**: praticas clínicas e políticas. Curitiba: Juruá, 2014.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <http://dmtemdebate.com.br/userfiles/file/artigos/merlo-Psicodinamica_do_trabalho.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

MONTEIRO, Janine Kieling; PESENTI, Clarissa Machado; MAUS, Daiane; BOTTEGA, Daniela; MACHADO, Fabiane Rosa. Reflexões acerca do atendimento psicológico a desempregados. **Periódicos eletrônicos em psicologia**, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2015.

MORAES, Rosangela Dutra de. Mobilização subjetiva: experiência em clínica do trabalho no Amazonas. In: MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosangela Dutra de; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Trabalho e sofrimento**: praticas clínicas e políticas. Curitiba: Juruá, 2014.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **OIT**: desemprego continua diminuindo na América Latina e no Caribe, mas subirá em 2015. 2014. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-desemprego-continua-diminuindo-na-america-latina-e-no-caribe-mas-subira-em-2015>>. Acesso em: 20 maio 2015.

OLIVEIRA, Joaquim Eurico Valentim; PINTO, José Fernando Vasconcelos Cabral; BARROS, Rita Manuela de Almeida. A formação profissional e a percepção de saúde mental dos trabalhadores: estudo comparativo em situação de (des)emprego. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 39, n. 129, p. 111-118, Jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 set. 2015.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Sociologia das Organizações**: Uma análise do homem e das empresas, no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2015.

PELEGRINO, Ana Izabel. **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas**: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Organizadora: Maria de Fátima Cabral Marques Gomes. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25799>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **O avesso da maldição do gênesis**: A saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da cultura e desporto do governo do estado do Ceará, 2000.

SATO, Leny. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. 2010. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/noticia/arquivo2902.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____; BERNARDO, Márcia Hespanhol. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 869- 878, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 set. 2015.

_____; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Psicologia do trabalho e psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. **Estudos de psicologia** (Natal). São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ; Cortez, 1994.

57

TONETTO, Aline Maria; AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Sílvia Helena; GOMES, William Barbosa. Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 165-173, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2015.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2015.

VEIGA, Heila Magali S.; SILVA, Narla Ismail A. Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. **Avaliação psicológica**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 set. 2015.

WICKERT, Luciana. O adoecer psíquico do desempregado. Psicologia: ciência e profissão. **Psicologia, ciência e profissão**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 66-75, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2015.

ZANELLI, José Carlos; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

58

**ANEXO – GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO DESDE DEZEMBRO/13
A JAN/15**